

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

A Gênese colonial da literatura moderna: escrita, poder e colonização na América portuguesa do século XVI

Luiz Eduardo Oliveira

<https://doi.org/10.1590/2596-304x202628e20261130>

Submetido em: 2026-08-27

Postado em: 2026-08-27 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

10.1590/2596-304x202628e20261130

Varia

**A GÊNESE COLONIAL DA LITERATURA MODERNA:
escrita, poder e colonização na América portuguesa do século XVI**

Luiz Eduardo Oliveira

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-1610-3835>

luizeduardo@academico.ufs.br

Submissão: 11/01/2026

Aceite: 06/08/2026

Declaração de financiamento: Este artigo resulta de pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no âmbito da **Chamada CNPq nº 09/2022 – Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ), Processo nº 304456/2022-5**, com vigência de **01/03/2023 a 28/02/2026**, vinculada ao projeto *Entre os jesuítas e a Ilustração: o mito do Marquês de Pombal na educação brasileira*, desenvolvido na **Universidade Federal de Sergipe (UFS)**.

Declaração de conflito de interesses:

O autor declara não haver conflito de interesse.

Declaração de disponibilidade de dados de pesquisa:

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito.

Declaração de uso de Inteligência Artificial:

Não houve utilização de ferramentas de Inteligência Artificial.

Editor-Chefe: Andrei dos Santos Cunha

Editor Executivo: Anderson Bastos Martins

Editoras Associadas: Germana Henriques Pereira; Rachel Esteves Lima

RESUMO:

O artigo investiga a gênese colonial da literatura a partir da circulação e reconfiguração de gêneros discursivos no espaço atlântico do século XVI, tomando a América portuguesa como laboratório comparativo dos regimes de escrita do Renascimento tardio. O objetivo é problematizar o anacronismo do conceito moderno de literatura e propor uma abordagem funcional do literário como sistema heterogêneo de práticas textuais (cartas, crônicas, cartinhas, catecismos, gramáticas, poesia e teatro) articuladas a catequese, administração e classificação do mundo. A metodologia combina análise discursiva, exame lexicográfico e comparação transcontinental de gêneros, com atenção especial à obra polimórfica de José de Anchieta. Argumenta-se que o Brasil colonial não constitui periferia imitativa, mas espaço de intensificação e experimentação genérica, no qual se consolidam formas que antecedem a autonomização estética do literário. Conclui-se que a literatura moderna emerge historicamente atravessada pela colonialidade.

Palavras-chave: literatura; colonialidade; gêneros discursivos; Renascimento; América portuguesa.

THE COLONIAL GENESIS OF MODERN LITERATURE: writing, power, and colonization in sixteenth-century Portuguese America

ABSTRACT

This article investigates the colonial genesis of literature through the circulation and reconfiguration of discursive genres in the sixteenth-century Atlantic world, taking Portuguese America as a comparative laboratory of late-Renaissance writing regimes. It aims to question the anachronistic application of the modern concept of literature and to propose a functional approach to the literary as a heterogeneous system of textual practices—letters, chronicles, catechisms, grammars, poetry, drama, and legal records—articulated with catechesis, administration, and the classification of the world. Methodologically, the study combines discourse analysis, lexicographic examination, and transcontinental genre comparison, with particular attention to the polymorphic corpus of José de Anchieta. It argues that colonial Brazil should not be understood as an imitative periphery, but as a site of generic intensification and experimentation, where forms consolidated prior to the later aesthetic autonomization of the literary. The article concludes that modern literature emerges historically as structurally traversed by coloniality.

Keywords: literature; coloniality; discursive genres; Renaissance; Portuguese America.

Introdução

O conceito moderno de literatura, entendido como prática estética autônoma, vinculada à ficção, à expressividade individual e à valorização formal da linguagem, revela-se profundamente anacrônico quando aplicado à América portuguesa do século XVI. Em tal

contexto, a escrita não se organizava segundo critérios de literariedade tal como formulados a partir de fins do século XVIII, mas de acordo com regimes de funcionalidade discursiva, nos quais o valor do texto estava diretamente associado à sua eficácia religiosa, política, pedagógica ou administrativa. Falar em “literatura” nesse período implica, portanto, deslocar o olhar do campo estético para um campo mais amplo de práticas letradas, em que a palavra escrita operava como instrumento privilegiado de ordenação simbólica do mundo colonial.

Longe de constituir um domínio separado da ação histórica, a produção textual quinhentista integrou-se organicamente ao projeto de expansão imperial portuguesa. Cartas, crônicas, cartinhas, catecismos, gramáticas, poesia e teatro compuseram um vasto arsenal discursivo destinado a narrar, descrever, classificar e legitimar a incorporação de novos territórios, povos e saberes à lógica da Coroa e da cristandade. A escrita, nesse sentido, não apenas representava o Novo Mundo, mas participava ativamente de sua invenção, convertendo espaços, corpos e culturas em objetos inteligíveis, administráveis e governáveis a partir de categorias europeias.

A abordagem adotada neste artigo parte, assim, de uma redefinição funcional do conceito de literatura, compreendida não como um conjunto de obras dotadas de valor estético intrínseco, mas como um sistema heterogêneo de discursos e registros que mobilizam recursos retóricos, narrativos e poéticos em função de finalidades concretas (Eagleton, 1983; Bourdieu, 1996; Culler, 1997; Compagnon, 2006). Tal perspectiva permite incluir no campo de análise textos tradicionalmente excluídos da historiografia literária canônica e, ao mesmo tempo, evita a projeção de categorias modernas sobre práticas escriturais regidas por outras normas de produção, circulação e leitura.

A chamada “literatura quinhentista” produzida na América portuguesa emerge, desse modo, como um fenômeno discursivo situado, inseparável das estruturas de poder que a engendraram. Seja na catequese dos povos indígenas, na administração do território, na legitimação de decisões políticas ou na repressão da dissidência religiosa, os textos funcionaram como mediadores entre o poder imperial e a realidade colonial. A escrita operava simultaneamente como técnica de registro e mecanismo normativo, organizando o mundo segundo hierarquias morais, linguísticas e culturais. Nesse horizonte, o literário não se define pela invenção ficcional, mas pela capacidade do discurso de produzir sentido, autoridade e adesão.

Sob essa ótica, torna-se possível compreender que a literatura na América portuguesa não nasce como expressão identitária ou nacional, mas como prática discursiva colonial. Trata-se de uma literatura sem autonomia, profundamente imbricada com a teologia, o direito, a

pedagogia e a política, cuja função primordial era persuadir, instruir, converter e controlar. Longe de diminuir a complexidade desses textos, essa condição funcional evidencia o elevado grau de elaboração retórica e simbólica mobilizado para garantir a eficácia da palavra escrita em um contexto marcado pela alteridade radical e pela violência estrutural da colonização.

Partindo desse enquadramento, este artigo analisa alguns dos principais discursos e registros textuais produzidos na América portuguesa do século XVI como manifestações centrais de uma cultura letrada colonial em formação. Ao examinar diferentes modalidades de escrita – religiosas, didáticas, descritivas, políticas e jurídico-religiosas –, busca-se demonstrar que aquilo que a crítica consagrou como “literatura de informação” (Bosi, 2015) corresponde, antes de tudo, a um conjunto de práticas discursivas orientadas pela lógica do poder, da fé e do império. Repensar esse processo implica deslocar a gênese da literatura de uma origem estética para um evento histórico-discursivo inscrito na colonialidade.

A América portuguesa constitui, em tal contexto, um espaço privilegiado de observação do modo como os gêneros literários, retóricos e pedagógicos do Renascimento tardio são apropriados, adaptados e instrumentalizados em função dos desígnios imperiais. Ao explorar esse processo, o artigo propõe uma leitura que evidencia como a gênese da literatura moderna se articula, desde a sua formação, com a experiência colonial, aproximando o contexto luso-brasileiro de desenvolvimentos paralelos observáveis em outras tradições literárias europeias.

A gênese colonial da literatura

A noção de gênese colonial da literatura parte do reconhecimento de que o conceito moderno de literatura não emerge como simples desdobramento interno das formas estéticas europeias, mas como resultado de um conjunto de práticas discursivas que se articulam diretamente ao processo de expansão imperial iniciado no século XVI. A literatura, nesse sentido, não pode ser compreendida como esfera autônoma da criação simbólica, mas como parte integrante de um regime de produção de saber e de poder que acompanha a colonização do espaço, do tempo e das subjetividades. O Renascimento tardio não apenas consolida gêneros literários herdados da Antiguidade e da tradição medieval, como também os reinscreve numa lógica global de dominação, na qual escrever é classificar, traduzir, hierarquizar e governar (Kristeller, 1990; Mignolo, 1995).

Essa perspectiva implica deslocar a literatura do campo exclusivo das belas-letas para compreendê-la como um conjunto funcional de gêneros discursivos que operam pragmaticamente na constituição da ordem colonial. Cartas, crônicas, cartinhas, catecismos, gramáticas, poesia e teatro participam de uma mesma economia simbólica: a de tornar o mundo colonial inteligível a partir de categorias europeias. Esses textos não se limitam a representar a

realidade colonial: eles a produzem discursivamente, atribuindo sentidos, valores e posições aos territórios, aos corpos e às culturas subjugadas. A literatura, assim, nasce imbricada à colonialidade como tecnologia de organização do mundo.

A centralidade do século XVI nesse processo não é casual, pois é nesse momento que se articulam, de forma decisiva, a expansão marítima europeia, a consolidação das línguas vernáculas imperiais, a difusão da escrita alfabética e a reorganização do conhecimento sob novos paradigmas humanistas e cristãos (Buescu, 1983; Auroux, 1992). Como demonstram Quijano (2007) e Mignolo (2017), não há modernidade sem colonialidade: o Renascimento inaugura simultaneamente uma narrativa de progresso e uma lógica de exclusão epistêmica, na qual apenas determinados saberes, línguas e formas de escrita são reconhecidos como legítimos. A literatura moderna surge, assim, no interior dessa tensão, como parte da face luminosa de um processo que oculta a sua dimensão violenta.

A introdução do alfabeto latino e das línguas imperiais nas Américas exemplifica de modo claro essa dinâmica. A escrita não foi apenas um instrumento de comunicação, mas um mecanismo de poder que desqualificou sistemas semióticos indígenas – pictográficos, ideográficos, orais – e impôs uma hierarquia entre formas de conhecimento (Xxxxx, 2025). A chamada “cidade letrada”, nos termos de Rama (2015), funda-se sobre a exclusividade da escrita alfabética como critério de civilização, relegando outras formas de produção simbólica à condição de atraso ou superstição. Nesse contexto, mesmo textos produzidos por indígenas alfabetizados – como o *Popol Vuh* ou os *Chilam Balam* – não foram reconhecidos como literatura, revelando o caráter culturalmente situado e excludente do próprio conceito (Mignolo, 1995).

Os catecismos e cartinhas ocupam um lugar central nessa gênese colonial do literário. Produzidos no cruzamento entre teologia, pedagogia e política, esses textos operam como dispositivos de tradução forçada, nos quais conceitos cristãos são vertidos para línguas indígenas ao mesmo tempo que estas são reorganizadas segundo modelos gramaticais europeus. A catequese não se limita à transmissão de conteúdos religiosos: ela implica a reconfiguração profunda das cosmologias locais, a substituição de ontologias indígenas por uma visão cristã do mundo e a submissão dos corpos e das consciências a uma nova ordem moral (Cristóvão, 1998; Rosa, 2002; Gruzinski, 2003; Rossi, 2017). A literatura catequética, ainda que não reconhecida como tal nos termos modernos, constitui um dos núcleos fundadores da escrita colonial.

A crônica e a carta, da mesma forma, funcionam como gêneros privilegiados da administração colonial. A crônica inventaria o território, descreve a natureza, classifica os

povos e fabrica narrativas de origem que subordinam o Novo Mundo à história universal cristã. A carta, por sua vez, articula governança e propaganda, transformando a experiência colonial em relato exemplar dirigido às instâncias de poder metropolitanas. Ambas operam segundo uma retórica da evidência e da autoridade, na qual o ato de escrever equivale a tomar posse simbólica. Esses gêneros revelam que a literatura colonial não se estrutura em torno da imaginação livre, mas da eficácia discursiva: convencer, justificar, legitimar (Pécora, 2018).

Mesmo os gêneros tradicionalmente associados ao campo estético – como a poesia e o teatro – participam dessa lógica funcional. A produção poética e dramática jesuítica no Brasil quinhentista não visa à contemplação estética, mas à instrução moral, à memorização da doutrina e à encenação da superioridade cultural europeia (Anchieta, 1954; 1970; 1977; 2006). Escrever poesia latina ou encenar autos religiosos em território colonial constitui um gesto de posse simbólica pelo qual a colônia é integrada ao universo cultural do Ocidente cristão. A forma literária, nesses casos, não é neutra: ela é parte ativa da estratégia colonial de aculturação e disciplinamento.

A gênese colonial da literatura, portanto, não deve ser entendida como metáfora, mas como hipótese histórica. O que se consolida no século XVI não é apenas um conjunto de gêneros literários, mas um modo específico de articular escrita, poder e conhecimento em escala global. A literatura moderna emerge desse processo como herdeira direta da colonialidade: mesmo quando se autonomiza enquanto campo estético nos séculos posteriores, carrega consigo marcas estruturais de exclusão, hierarquização e universalização forçada (Xxxxxx, 2012). Compreender essa gênese é fundamental não apenas para historicizar a literatura, mas para desnaturalizar o seu próprio conceito, revelando-o como produto de uma história profundamente atravessada pela experiência colonial.

O	vocábulo	literatura
---	----------	------------

Problematizar o conceito de “literatura” a partir dos dicionários implica reconhecer que a lexicografia não é um simples repositório de significados, mas um dispositivo histórico de classificação do saber (Foucault, 2008). Dicionários como o de Bluteau (1727; 1728) não registram apenas palavras: eles estabelecem hierarquias, legitimam campos, selecionam autoridades e estabilizam vocabulários conforme expectativas de época. Por isso, a ausência do verbete “literatura” no *Vocabulario Portuguez e Latino* não deve ser lida como lacuna acidental, mas como sintoma de um regime intelectual em que a produção escrita valorizada ainda se organiza por outras categorias agregadoras – “letras”, “erudição”, “escritores”, “poética”, “retórica”, “doutrina”. A partir desse ponto, o que está em jogo não é “quando a literatura começou a existir”, mas quando e como a cultura letrada passou a ser nomeada e

circunscrita sob o signo de “literatura”, isto é, quando se tornou possível separar um domínio relativamente autônomo do vasto continuum das letras.

Sob tal perspectiva, os dicionários permitem observar um processo de formação semântica que é ao mesmo tempo intelectual e institucional. Em Bluteau (1712; 1720-1721), “letras” equivale a saber, e “falta de letras” equivale a ignorância; além disso, o frontispício que invoca “os melhores escritores” estabelece um princípio canônico anterior à palavra “literatura”, assentado numa autoridade textual e moral. Já no *Diccionario Poetico*, o aparecimento de “literarias vigílias” é revelador por operar como etapa intermediária: antes de um substantivo consolidado (“a literatura”), emerge o adjetivo que qualifica um tipo específico de atividade – vigílias dedicadas ao estudo de textos, à erudição letrada, ao cultivo da escrita (Lusitano, 1765, p. 251). Por fim, no século XIX, em repertórios bibliográficos como o de Inocência (Silva, 1858), “literatura” já surge como campo nomeado, articulado a instituições (periódicos, coleções escolares, selectas), a categorias analíticas (“gêneros”, “estilos”) e a um cânone nacional pedagógico. Assim, a variação lexical é inseparável de transformações materiais e sociais: imprensa, escolarização, mercado editorial, profissionalização do saber, construção de identidades nacionais.

A consolidação do conceito moderno de literatura no Brasil, em tal conjuntura, pode ser observada de forma exemplar na articulação entre ensino, tradução e projeto nacional, tal como evidenciado pela centralidade dos exercícios de versão e tradução nos planos de estudos e nos exames preparatórios do Imperial Colégio Pedro II. Ao tomar fragmentos de obras e autores consagrados como objeto privilegiado do ensino das línguas vivas, esse modelo pedagógico atribuía à aprendizagem linguística um caráter inequivocamente literário, revelando que, nesse momento histórico, “literatura” já designava um campo relativamente estabilizado, distinto das ciências e das matemáticas – distinção que não existia com a mesma nitidez no período joanino (1808-1821), quando obras científicas ainda se enquadravam sob a rubrica geral das “letras”, e mesmo a medicina figurava entre as profissões literárias. Esse novo entendimento ganha formulação explícita em 1836, quando Gonçalves de Magalhães, no primeiro número da revista *Niterói*, define a literatura como expressão do que um povo tem de mais característico, equiparando-a ao caráter individual e ao fruto próprio de cada árvore, numa metáfora orgânica que associa produção literária, identidade coletiva e historicidade (Magalhães et al., 1978).

No mesmo contexto, João Manuel Pereira da Silva radicaliza essa formulação ao sustentar que, se a literatura exprime a sociedade e intervém em sua vida espiritual, o Brasil, enquanto nação jovem, deveria necessariamente produzir uma literatura própria, nacional,

ainda que inscrita no horizonte mais amplo da civilização ocidental. Assim, a literatura deixa de ser apenas um domínio do belo para assumir uma função moral e civilizatória: guiada pelas Letras, a sociedade progride, e a poesia – entendida como arte moral e representativa dos povos – ocupa um lugar elevado entre as artes que honram a nação, por sua capacidade de influir nos costumes, promover virtudes, sustentar a liberdade e contribuir para a glória coletiva. O que se observa, portanto, é a passagem decisiva de um regime difuso das “letras” para um conceito de literatura plenamente articulado com pedagogia, identidade nacional e ideologia da civilização, marcando uma inflexão histórica fundamental na compreensão do literário no Brasil oitocentista (Apud Cândido, 2000, p. 296).

Esse percurso lexicográfico ilumina um paradoxo central que interessa diretamente a este artigo: os textos quinhentistas que constituem o grosso do arquivo colonial frequentemente não são “literatura” segundo o conceito moderno, mas textos carregados de procedimentos que hoje reconhecemos como literários: narratividade, retórica, figuratividade, montagem de cenas, exemplaridade moral, manejo de *ethos* e *pathos*. O paradoxo se resolve quando se percebe que “literatura”, no sentido moderno, é uma categoria tardia (e, portanto, histórica), ao passo que o literário pode ser entendido como um conjunto de operações formais e sociais da linguagem que precede a autonomização do campo (Compagnon, 2006). Em outros termos: os discursos coloniais “não são literatura” como domínio estético autônomo, mas “são literatura” enquanto práticas de escrita codificadas e eficazes, reguladas por convenções de gênero e por instituições que lhes conferem autoridade.

A lexicografia evidencia também que, antes da literatura como campo estético, vigora uma hierarquia em que o texto sagrado e a doutrina ocupam o ápice e definem o horizonte de legitimidade. Quando Bluteau (1712) apresenta a Escritura como paradigma absoluto e atribui à palavra uma potência quase bélica (o livro como arsenal, cada palavra como seta), ele não está apenas registrando uma metáfora: está enunciando o lugar do texto na ordem do mundo. Desse modo, a escrita é pensada prioritariamente como instrumento de verdade, disciplina e persuasão, e não como espaço de invenção estética. A centralidade da retórica – do “falar bem”, da benevolência, das figuras – indica que a linguagem é concebida como ação social e moral. Esse regime de letras torna compreensível por que a cultura escrita do século XVI pode ser tão formalmente elaborada sem que seja descrita, em sua própria época, como “literatura” no sentido moderno.

Daí decorre a necessidade de explicitar o anacronismo quando se utiliza “literatura” para o século XVI. O risco maior não é empregar o termo – afinal, a historiografia precisa de convenções –, mas empregá-lo como se designasse uma realidade estável e trans-histórica.

Quando se fala em “literatura quinhentista” ou “literatura medieval”, frequentemente se pressupõe a existência de um campo já autonomizado, o que apaga a diferença fundamental entre (a) a presença de gêneros como lírica, épica, crônica, sermão, carta e teatro e (b) a existência de “literatura” como instituição moderna do estético, com crítica especializada, mercado, cânone escolar e autoria como valor. Pode haver sonetos e epopeias sem haver “literatura” no sentido moderno; pode haver prosa altamente trabalhada sem que exista a ideia de obra literária como finalidade em si. Assim, dizer “literatura” para o século XVI deve ser sempre um gesto acompanhado de advertência metodológica: trata-se de um nome moderno para um conjunto de práticas que se nomeavam e se legitimavam por outros critérios.

Em consequência, a análise a partir dos dicionários não serve apenas para datar o surgimento de um termo, mas para historicizar o próprio objeto do artigo: ela mostra que “literatura” é uma construção semântica e institucional que se torna possível quando “letras” se estreita, o termo “literário” emerge como qualificador de uma atividade específica e a palavra “literatura” se fixa como substantivo de um campo público. Essa historicização permite sustentar, com mais rigor, a tese do paradoxo colonial: os registros quinhentistas coloniais são simultaneamente exteriores e interiores ao que chamamos literatura – exteriores porque não pertencem a um campo estético autônomo; interiores porque mobilizam recursos retóricos e narrativos que produzem efeitos de verdade, autoridade e persuasão, isto é, operam como formas históricas do literário. É justamente essa tensão – tornada visível pela lexicografia e pelos repertórios bibliográficos – que autoriza a abordagem proposta: falar de literatura no século XVI não como uma espécie de “essência”, mas como problema, isto é, como disputa de nomes, funções e valores que antecede (e prepara) a instituição moderna do literário (Eagleton, 1983; Culler, 1999; Maingueneau, 2006).

O fenômeno Anchieta

A posição de José de Anchieta na historiografia literária revela, de modo exemplar, as tensões estruturais que atravessam a própria constituição do campo literário luso-brasileiro. Na historiografia da literatura portuguesa, Anchieta ocupa um lugar marginal e frequentemente residual, quando não virtualmente inexistente. Mesmo em obras de referência canônica, como a *História da Literatura Portuguesa* de António José Saraiva e Óscar Lopes, sua presença é mínima e lateral. Na 17ª edição da obra, por exemplo, Anchieta surge apenas de forma episódica, quando os autores, ao tratarem do arcadismo no Brasil, observam que, à exceção de Gregório de Matos, o espaço colonial não teria produzido, antes da Arcádia, poetas de mérito, sendo as dramatizações e poesias de Anchieta e a *Prosopopeia* de Bento Teixeira consideradas desprovidas de especificidade brasileira (Saraiva; Lopes, 2008, p. 628). Tal enquadramento

evidencia uma dupla exclusão: por um lado, Anchieta não se integra ao cânone português por não se inscrever plenamente na tradição literária metropolitana. Por outro, tampouco é reconhecido como figura central de uma literatura colonial autônoma, permanecendo num limbo historiográfico que repercute os critérios nacionais e estéticos da historiografia oitocentista e novecentista.

Na historiografia da literatura brasileira, o tratamento é distinto, mas igualmente revelador. Em Sílvio Romero, Anchieta ocupa posição inaugural. No Livro II – Primeira Época (1500–1750) de sua *História da Literatura Brasileira* (1888), Romero (2001, p. 161) afirma explicitamente que o mais antigo vulto da história intelectual do Brasil é o padre José de Anchieta, desfazendo-se do que denomina “crítica mesquinha” por excluí-lo do quadro literário sob o argumento de ser estrangeiro ou mero agente religioso. Para o autor, Anchieta não é um simples português transplantado, mas um “insular”, um quase indígena das Canárias, que teria passado por um processo de abasileiramento afetivo e simbólico. Seu retrato do jesuíta é ambivalente: ao mesmo tempo em que o descreve como figura apaixonada, mística e obediente, contraposta ao espírito protestante de Lutero, reconhece nele uma alma poética arrebatada e uma energia intelectual decisiva para a formação do ambiente cultural colonial. Ainda assim, o autor recusa a ideia de Anchieta como “criador” da literatura nacional, insistindo que a literatura não nasce de individualidades, mas de tipos representativos e de condições históricas coletivas – argumento que antecipa, de forma notável, a tese que Candido (2000) formularia mais sistematicamente no século XX.

Essa perspectiva encontra desdobramentos e deslocamentos importantes na crítica posterior. Em *Formação da Literatura Brasileira* (1959), Antonio Candido não incorpora Anchieta ao sistema literário que descreve, uma vez que, para ele, a literatura só se constitui plenamente quando se estabiliza a tríade autor-obra-público, o que ocorreria apenas no século XVIII, com o Arcadismo (Candido, 2000, p. 56-57). A presença de Anchieta aparece apenas de modo indireto, como referência histórica remota, e não como elemento constitutivo do sistema literário. Já em Alfredo Bosi, sobretudo na *História Concisa da Literatura Brasileira* (1970), Anchieta é reinscrito de maneira mais analítica, no capítulo dedicado à chamada “literatura de informação” e à condição colonial. O autor reconhece em Anchieta um cronista, poeta e dramaturgo profundamente marcado por uma matriz medieval, alheia ao espírito renascentista propriamente dito. Sua poesia e seu teatro são lidos como extensões da tradição dos mistérios e moralidades medievais, com forte função pastoral, catequética e pedagógica, voltadas à conversão e à disciplina moral. Assim, o autor situa Anchieta fora do Renascimento e aquém da literatura moderna (Bosi, 2015).

Da mesma forma, Merquior (1979, p. 3; 6; 8-10) reafirma, de modo explícito, a leitura da escrita colonial como domínio essencialmente documental. Em *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira* (1977), o autor sustenta que os textos produzidos nos dois primeiros séculos da colonização interessam sobretudo por revelarem as condições de vida e a mentalidade dos fundadores da colônia, não devendo ser tratados como literatura nacional propriamente dita. Ao examinar a chamada “tentativa de colonização jesuítica” e a “literatura de catequese”, Merquior reconhece em Anchieta a primeira grande figura de literato do Brasil colonial, mas insiste em situar sua produção fora da modernidade literária. Para o crítico, com exceção dos dísticos latinos e do poema mariano, a lírica anchietana permanece fiel à *medida velha* dos cancioneiros medievais, indiferente à revolução poética do Renascimento, caracterizando-se por um lirismo místico, ingênuo e desprovido de maior complexidade formal ou intelectual. O mesmo juízo se estende ao teatro, considerado mais variado, porém espiritualmente rudimentar, formalmente preso à dramaturgia medieval e saturado de alegorias vicentinas, funcionando sobretudo como instrumento de adaptação catequética à realidade indígena. Tal leitura, ao dissociar Renascimento e colonização e ao identificar modernidade literária exclusivamente com autonomia estética, acaba por reiterar a exclusão estrutural da escrita colonial do campo do literário – pressuposto que o presente artigo se propõe a problematizar.

Com efeito, esta leitura não é a que orienta este texto. Discorda-se aqui da interpretação segundo a qual José de Anchieta estaria aquém, à margem ou exterior ao Renascimento, como se sua produção pertencesse a um resíduo medieval deslocado no tempo. Tal posição pressupõe uma definição restritiva do Renascimento, limitada à emergência da autonomia estética, ao humanismo secular ou à afirmação individual do autor – critérios que, projetados retrospectivamente, desconsideram a dimensão histórica, institucional e expansiva do próprio Renascimento (Kristeller, 1990; Mignolo, 1995). Ao contrário, sustenta-se que a formação discursiva de Anchieta, o seu trânsito sistemático por múltiplos gêneros (poesia, teatro, epistolografia, gramática, crônica, biografia) e a experimentação pragmática dessas formas em contextos inéditos constituem precisamente manifestações renascentistas da literatura. O Renascimento, entendido em chave histórica ampla, não pode ser dissociado da colonização, pois é no século XVI que se articulam humanismo, cristianização, gramatização das línguas, reorganização do saber e expansão imperial (Buescu, 1983; Auroux, 1992). Nesse horizonte, a escrita anchietana não representa um desvio arcaizante, mas uma realização plena – ainda que colonial e funcional – das potencialidades renascentistas da linguagem, nas quais invenção

formal, retórica clássica, pedagogia humanista e projeto civilizatório se entrelaçam de modo estrutural.

Nessa perspectiva, o “fenômeno Anchieta” pode ser lido, no interior da hipótese da gênese colonial da literatura, como a figura-limite em que a cultura letrada europeia encontra, na colônia, as condições para se tornar simultaneamente totalizante e operacional. Se na Europa do século XVI os gêneros se distribuem por instituições distintas – universidade, corte, púlpito, cancionero, tipografia, tribunais –, na América portuguesa eles tendem a convergir num mesmo agente e numa mesma urgência. Anchieta não é apenas um autor prolífico, pois é também um sistema de escrita que condensa funções: descreve, catequiza, governa, traduz, ensina, dramatiza, registra e mitifica. Chamá-lo “monumento literário” não significa elevá-lo a cânone estético moderno, mas reconhecer nele uma arquitetura textual que integra, numa mesma economia de discurso, aquilo que a modernidade europeia separaria depois entre literatura, gramática, etnografia, história, pedagogia e administração.

A singularidade de Anchieta reside precisamente nessa versatilidade genérica: cartas, sermões, poesia lírica, poesia épica (ou de fôlego narrativo e doutrinário), teatro de catequese, gramática, relatos históricos e biográficos, além de textos de instrução e informação. Não se trata de um ecletismo disperso, mas de uma funcionalidade integrada. As cartas – frequentemente lidas como documento administrativo ou epistolografia missionária – operam como crônica em trânsito: registram o acontecimento, o conflito, o costume, a negociação, e ao mesmo tempo constroem a cena para um destinatário europeu, fabricando credibilidade e legitimidade (Hansen, 2019). O sermão, por sua vez, transforma o cotidiano colonial em teatro moral e em guerra espiritual, colocando a linguagem em regime de combate (Pécora, 2018). Já a poesia e o teatro convertem doutrina em forma memorizável e performática, adequando-se a públicos múltiplos, atravessados pela oralidade e pela heterogeneidade linguística (Ong, 2002).

A arte da gramática da “língua mais usada na costa do Brasil” (Anchieta, 1595) constitui, nesse conjunto, a pedra angular da monumentalidade anchietana porque explicita o que, nos outros gêneros, opera como pressuposto: a colonialidade como tradução epistêmica (Mignolo, 2017). Gramatizar é mais do que descrever uma língua: é estabilizá-la, convertê-la em objeto transmissível e governável, transpondo para ela uma arquitetura conceitual que vem do latim, do humanismo e da pedagogia europeia (Auroux, 1992; Buescu, 1983). A gramática produz uma língua geral como instrumento de catequese e administração, e, ao fazê-lo, reorganiza as possibilidades do dizer indígena dentro de um quadro formal europeu. Assim, Anchieta é também um agente de “colonização da linguagem”: ao fixar a língua, fixa formas

de mundo, categorias de pensamento e regimes de enunciação (Gruzinski, 2003). Sua monumentalidade não é apenas literária; é estrutural.

Essa convergência de gêneros num só nome ganha sentido quando comparada ao contexto europeu. Na Europa renascentista, a lírica petrarquista, a épica de legitimação política, a crônica de Estado, o sermão, a gramática e o teatro se desenvolvem num ambiente de relativa especialização e circulação institucional. Há autores notáveis, mas os gêneros tendem a responder a ecologias distintas: corte, igreja, cidade letrada, academias e imprensa (Elias, 2001; Burke, 2010; Rama, 2015). Já o mundo colonial, por sua precariedade e urgência, exige uma escrita que seja simultaneamente polivalente e pragmática: é preciso ensinar a fé, ensinar a língua, produzir inteligibilidade do território, assegurar disciplina, organizar aldeamentos, justificar ações, angariar recursos, fabricar exemplos (Hansen, 2010; 2019). Nesse sentido, a colônia não é um “atraso” em relação à Europa, mas uma complexificação: nela, as funções da escrita se acumulam e se intensificam, e a variedade genérica se torna uma exigência estratégica.

Por isso Anchieta não deve ser pensado como “autor colonial” no sentido menor, periférico, mas como uma figura que evidencia que a colônia pode operar como laboratório acelerado de formas. A hipótese aqui formulada – de que a experiência colonial fornece condições para o surgimento e a consolidação de gêneros hoje tidos por literários – encontra nele um ponto forte: os gêneros não florescem apenas por maturação estética interna, mas porque se tornam necessários como ferramentas de ocupação simbólica e de gestão social. A carta produz o registro de uma realidade que precisa ser comunicada e legitimada; o teatro torna-se necessário quando o objetivo é doutrinar coletivamente e traduzir doutrina em afeto e imagem; a poesia adquire função mnemônica e ritual; a gramática torna-se infraestrutura do poder; a história e a biografia constroem memória institucional e exemplares de santidade. A colônia multiplica e condensa as finalidades da escrita, e é esse acúmulo que dá a Anchieta seu caráter “completo”.

A dimensão histórica e biográfica de Anchieta reforça esse estatuto monumental porque ele não apenas escreve sobre a colônia: ele escreve a colônia como narrativa, isto é, transforma episódios em memória textual com valor normativo. Quando se torna biógrafo de Nóbrega, por exemplo, ele participa da fabricação de uma genealogia moral da Companhia no Brasil: a biografia, nesse quadro, não é gênero neutro, mas peça de edificação e propaganda, um instrumento de “autorização” interna do projeto missionário. A história, por sua vez, não é simples relato: é um modo de organizar o tempo colonial sob um eixo providencial, capaz de converter conflitos e violências em teleologia de conversão. Anchieta contribui, assim, para

instaurar um regime de sentido em que o Brasil é compreendido como campo de salvação e de prova – e esse regime passa a estruturar tanto a escrita quanto as práticas (Anchieta, 1886; 1933; 1984).

É nesse ponto que o “monumento” se define com mais precisão: Anchieta é monumental porque se torna fonte e matriz. Seu texto alimenta outros textos, seus registros se convertem em arquivo, e seu gesto de escrever se transforma em modelo de inteligibilidade do Brasil. O próprio fato de cronistas posteriores se apoiarem em seus “apontamentos” e manuscritos – valorizando-o como contemporâneo, testemunha e autoridade – indica que a monumentalidade não é apenas reputação: é funcionamento historiográfico (Vasconcellos, 1865). A colônia, em sua instabilidade, precisa de garantias de verdade, e Anchieta supre essa necessidade ao operar como testemunho autorizado. Desse modo, sua escrita não apenas participa do mundo colonial: ela se torna uma das engrenagens centrais do modo como a colônia é narrada, administrada e lembrada.

Quando deslocamos o olhar do “gênio individual” para a ecologia colonial de produção textual, percebemos que Anchieta é o lugar onde a literatura – entendida funcionalmente – aparece como infraestrutura. O “monumento” não é só o conjunto de obras, mas o modo como essas obras se articulam: a gramática sustenta a catequese; a catequese se amplifica pela poesia e pelo teatro; a vida missionária se justifica e se comunica pelas cartas; a história e a biografia fixam a narrativa institucional; o sermão disciplina e ordena consciências (Hansen, 2010; 2019; Pécora, 2018). Essa arquitetura revela que o literário, no Brasil do século XVI, não é ornamentação: é mecanismo de transformação social. A escrita produz aldeamento simbólico, reordena a memória, enquadra o outro, estabelece fronteiras entre ortodoxia e desvio.

A comparação com o contexto europeu permite, então, uma inversão crítica: enquanto a historiografia tradicional tende a ver a colônia como espaço de recepção tardia de formas europeias, o caso Anchieta sugere que a colônia é espaço de intensificação e reconfiguração dessas formas sob pressão de necessidades inéditas. Em vez de simples transplante, há tradução, adaptação, hibridização estratégica. A lírica e a épica, quando mobilizadas na missão, não se orientam por uma estética autônoma, mas por uma pragmática de conversão; o teatro não é apenas divertimento cortesão ou moralidade urbana, mas tecnologia pedagógica para públicos atravessados por oralidade, multilinguismo e violência de contato; a gramática não é apenas exercício filológico, mas instrumento de governo. Assim, a “completude” colonial não é quantitativa, pois constitui-se como densidade funcional com que os gêneros são mobilizados num mesmo projeto de poder.

Por fim, ler Anchieta como monumento literário é reconhecer nele a figura emblemática da gênese colonial da literatura: o momento em que “literatura” (no sentido amplo de práticas de escrita) se confunde com colonização, e em que os gêneros se consolidam não por evolução interna do gosto, mas por necessidade histórica de ordenar mundos. Anchieta encarna o ponto em que a escrita se torna simultaneamente arquivo, arma, escola, púlpito e palco; e isso faz da América portuguesa – longe de um apêndice periférico do Renascimento – um terreno privilegiado para observar a literatura em seu nascimento moderno, isto é, como tecnologia de linguagem vinculada pelo poder. Se a modernidade europeia mais tarde separará “estética” de “administração”, “arte” de “doutrina”, “literatura” de “ciência”, o fenômeno Anchieta lembra que, em sua origem colonial, essas separações ainda não existem: a literatura nasce, justamente, desse nó.

Considerações finais

Nestas considerações finais, importa reafirmar que o eixo do ensaio – a gênese colonial da literatura — não depende de uma redefinição nominalista de “literatura”, mas de uma leitura funcional da escrita como prática de poder. Ao longo do percurso, tratamos a textualidade quinhentista como um arsenal de gêneros e registros que operam menos como “arte autônoma” e mais como tecnologia de ordenação: narrar para dominar, (d)escrever para possuir, persuadir para converter, registrar para punir, arquivar para administrar. A consequência teórica é decisiva: a literatura, entendida como campo de práticas discursivas, nasce implicada num regime de colonialidade, isto é, num modo de classificar o mundo, hierarquizar saberes e produzir inteligibilidade segundo um centro imperial.

Esse diagnóstico ganha espessura quando lembramos o debate historiográfico e lexicográfico que atravessamos: a dificuldade (ou mesmo a impossibilidade) de empregar “literatura” como categoria estável para os séculos XVI–XVIII sem incorrer em anacronismo. A ausência do verbete em Bluteau, a centralidade de “letras” como sinônimo de erudição e a emergência do adjetivo “literário” antes do substantivo consolidado expõem uma tensão produtiva: existiam práticas e hierarquias do escrito, existia um cânone de “melhores escritores”, mas não existia ainda a autonomização moderna do campo. Essa constatação não enfraquece o argumento: ao contrário, fortalece-o, porque obriga a ver o literário como efeito histórico de institucionalizações, usos sociais e rearranjos semânticos, e não como essência trans-histórica a ser retroprojetada.

Na sequência, mostramos que a América Portuguesa do século XVI permite observar com nitidez a pragmática desses gêneros: a crônica como inventário imperial e fabricação do “outro”; a carta como governança e propaganda; a cartinha o catecismo, a poesia e o teatro

como pedagogia da conversão; a gramática como codificação epistêmica; e os registros inquisitoriais como escrita coercitiva, formalizando culpa e disciplina. O ponto convergente é que, nesse ecossistema, a escrita não “representa” o mundo colonial: ela o produz, isto é, transforma território em arquivo, populações em categorias, práticas em desvios, e fé em norma social. A colonialidade não aparece apenas como tema; ela atravessa o próprio funcionamento dos gêneros.

Nesse quadro, o “fenômeno Anchieta” condensa o argumento em sua forma mais intensa: um autor-sistema, cuja obra reúne e integra praticamente todos os gêneros disponíveis, como se a colônia exigisse uma competência textual totalizante. Anchieta escreve para administrar, ensinar, catequizar, dramatizar, registrar, narrar e sistematizar – e essa convergência não é acidental, mas estrutural. A gramática, em particular, funciona como infraestrutura do projeto: ao gramatizar a língua, estabiliza-se uma via de comunicação e, simultaneamente, reorganiza-se um regime de enunciação. Por isso, Anchieta não é apenas “monumento”: é matriz, arquivo e método, isto é, uma forma de instaurar o escrito como tecnologia central de colonização.

Ao avançarmos para o século XIX, nota-se que a autonomização moderna da literatura – sobretudo sob a forma romântica de expressão nacional – não eliminou sua funcionalidade política, apenas a reconfigurou. A literatura, agora definida com nitidez e institucionalizada (inclusive pela escola), torna-se instrumento de “fazer nação”: ela fornece narrativas, estilos e cronologias que permitem imaginar simultaneidades, construir continuidades e converter memória cultural em identidade. Assim, o que parecia “arte” separada do poder revela-se, historicamente, como arte trespassada por projetos: a nação precisa da literatura como precisa do jornal e do romance como meios técnicos de representação, e a escola, ao canonizar textos e autores, transforma cultura em disciplina e disciplina em política.

É aqui que se impõe a inversão conclusiva: se o senso comum historiográfico tende a ler o Brasil colonial como periferia que ecoa gêneros europeus já plenamente formados, esta análise sugere o contrário - o Brasil colonial, os “Brasis”, e a operação textual de Anchieta funcionam como *locus* privilegiado de origem e de florescimento desses gêneros, precisamente porque a colonização lhes impôs uma funcionalidade política constitutiva. Não se trata de negar a genealogia europeia das formas, mas de afirmar que a colônia é o lugar em que tais formas se tornam necessárias, integradas e plenamente operacionais – e, por isso, se radicalizam, se combinam e se consolidam como sistema. Em outras palavras: a colonialidade não é um acidente externo à literatura, mas uma das condições históricas que faz certos gêneros emergirem como instrumentos de mundo (inventariar, converter, governar, disciplinar) e, só

depois, serem reconvertidos em gêneros estéticos “autônomos” ou em emblemas culturais nacionais no século XIX. A inversão, portanto, desloca o centro explicativo: o colonial não é cópia tardia do metropolitano, mas o laboratório em que a modernidade literária aprende a funcionar.

Referências

ANCHIETA, Joseph de. *Arte de gramática da lingua mais usada na costa do Brasil*. Feyta pelo Padre Joseph de Anchieta, da Cõpanhia de Jesu. En Coimbra: Antonio de Mariz, 1595. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4674>

ANCHIETA, Joseph de. *Informações e fragmentos históricos do Padre Joseph de Anchieta (1584-1586)*. Publicado por Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/8015>

ANCHIETA, Joseph de. *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões (1554-1594)*. Coleção Afranio Peixoto, III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1933. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/441059>

ANCHIETA, José de. *Cartas: correspondência ativa e passiva*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1984. 6 v.

ANCHIETA, José de. *Feitos de Mem de Sá*. São Paulo: Ministério da Educação e Cultura, 1970. Disponível em: <https://ifrs.pergamum.com.br/acervo/38870>

ANCHIETA, José de. *Teatro de Anchieta: originais acompanhados de tradução versificada, introdução e notas pelo Pe. Armando Cardoso S.J.* São Paulo: Loyola, 1977

ANCHIETA, José de. *Poesias*. Manuscrito do séc. XVI, em português, castelhano, latim e tupi. Transcrição, tradução e notas de M. de L. de Paula Martins. Boletim IV - Museu Paulista - Documentação Linguística, 4. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo - Serviço de Comemorações Culturais, 1954. Disponível em: <https://archive.org/details/anchieta-poesias>

ANCHIETA, José de. *Poema da Virgem*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. (Coleção: Memória das Letras, v. 21).

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário portuguez e latino...* Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de JESU, vol. 1, 1712a. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/2252> Acesso em 26/12/2023.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez e latino...* Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de JESU, vol. 2, 1712b. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/2252> Acesso em 26/12/2023.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez e latino...*, 1712. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/2252>

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez e latino...* Coimbra: Na Officina de Pascoal da Sylva, vol. 4, 1720. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/2252>

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra: Na Officina de Pascoal da Sylva, vol. 5, 1721. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/2252>

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 50. ed. São Paulo: Cultrix, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BUESCU, Maria Leonor C. *O estudo das línguas exóticas no século XVI*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983. Disponível em: <https://aeaveiro.pt/biblioteca/index.php?page=3&id=133>

BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa moderna*. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Unesp, 2010.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6. ed. Rio de Janeiro / Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução: Mary Del Priore. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2017.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Tradução: Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

CRISTÓVÃO, Francisco da Silva. O *Cathecismo Pequeno* de D. Diogo Ortiz Vilhegas. *Hvmanitas*, Vol. L, p. 687-700, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, 1998. Disponível em: <https://ap1.sib.uc.pt/handle/10316.2/28357>

CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. Tradução: Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. Tradução: Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Tradução: Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

HANSEN, João Adolfo. Ensaio. In: NÓBREGA, Manuel da. *Diálogo sobre a conversão do gentio*. Estudo introdutório, estabelecimento de texto e notas de João Adolfo Hansen. (Coleção Literatura e Educação, Série Livros do Caminho). Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Básica, 2010.

HANSEN, João Adolfo. Categorias epidíticas da ekphrasis. *Revista USP*, São Paulo, n. 71, p. 85-105, set./nov. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/limiar/article/view/9287>

KRISTELLER, Paul Oskar. *Renaissance thought and the arts: collected essays*. Expanded edition. Princeton: Princeton University Press, 1990.

LUSITANO, Candido [Francisco Joseph Freire]. *Dicionario poetico, para uso dos que principião a exercitar-se na Poesia Portuguesa*. Tomo I. Lisboa: Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1765. Disponível em: <https://purl.pt/13947>

MAGALHÃES; TORRES HOMEM; PORTO-ALEGRE. Ao Leitor. In: *Niterói, Revista Brasiliense*. Tomo Primeiro, n. 1 [1836]. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978.

MAINGUENEAU, D. *Discurso literário*. Trad. A. Sobral. São Paulo: Contexto, 2006,

MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

MIGNOLO, Walter D. *The darker side of the Renaissance*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1995.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 94, 2017. <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/>

PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality and modernity/rationality. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, p. 168-178, 2007. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09502380601164353>

RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. Tradução de Emir Sader. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Tomo 1. Edição comemorativa do século XXI. Organização de Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2001.

ROSA, Maria Carlota. Cartinhas e cartilhas: uma introdução à leitura no século XVI. *Diana*, v. 3, n. 4, p. 59-73, 2002.

ROSSI, Maria Antonietta. *Le cartinhas di évora: un modello per l'educazione linguistica del XVI secolo*. Viterbo: Sette Città, 2017. Disponível em: <https://iris.unistrasi.it/handle/20.500.14091/6906>

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. 17. ed. corrigida e atualizada. Porto: Porto Editora, 2008.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 22 vols., 1858-1904. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/2265>

VASCONCELLOS, Simão de. *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil*. Segunda edição correcta e augmentada. Lisboa: Em casa do Editor A. J. Fernandes Lopes, 1865. 2 v. (Tomo Primeiro e Unico; Volume I e Volume II). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242811>

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.